

REFERÊNCIAS JURÍDICAS PARA O
ESTUDO DA QUESTÃO MIGRATÓRIA
(versão preliminar)

ESTE TRABALHO É PARTE DO 1º RELATÓRIO DO PROJETO "POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL. UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MERCADO DE FORÇA DE TRABALHO", REALIZADO COM APOIO DO FINEP/CNDU, SOB A COORDENAÇÃO DO PROFº CARLOS BERNARDO VAINER.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

REFERÊNCIAS JURÍDICAS PARA O ESTUDO

DA QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL

REFERÊNCIAS JURÍDICAS PARA O ESTUDO DA QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL

I. Apresentação

No projeto que deu origem a esta pesquisa observávamos que o que chama a atenção na respeitável literatura que se tem produzido a respeito questão migratória nos últimos anos é

"a quase inexistência de esforços no sentido de recuperar, sistematizar e analisar o curso seguido pela intervenção governamental no processo migratório bem como suas relações com a criação de uma oferta de trabalho quantitativa e qualitativamente adequada aos padrões de desenvolvimento econômico-social de nosso país" (VAINER, 1982, p.1).

Lacuna a ser preenchida num quadro já adequadamente demarcado e estabelecido? Acreditamos que não. Como se verá em outra parte deste relatório ("Trabalho, Espaço e Estado. Questionando a questão migratória"), propomos que esta lacuna, mais que uma omissão casual, constitui, na verdade, um silêncio que estrutura a totalidade ou quase - dos discursos migratórios que têm sido produzidos.

Esta constatação implica em empreender, mais além da crítica ao quadro conceitual e metodológico que referencia a literatura sobre a questão migratória, a produção dos elementos que tornem possível fazer daquela lacuna ponto de partida e foco privilegiado de atenção.

Tratando-se, no caso, de um silêncio sobre o estado, um dos caminhos a percorrer seria necessariamente o do exame do arcabouço jurídico-institucional que definiu - neste sentido, produziu - e geriu a questão migratória em diferentes momentos no período de estudo - 1888/1983.

Estas "Referências Jurídicas" têm exatamente este objetivo. Elas apresentam, de forma bruta, uma das dimensões da intervenção governamental. Cabe, no entanto, advertir para seu real significado, a fim de evitar usos abusivos ou, o que seria o erro inverso, posturas que desqualifiquem este material enquanto fonte de informação relevante.

Quanto ao primeiro tipo de engano a que estas "referências" poderiam induzir, caberia simplesmente lembrar que a ação do estado se reveste de formas múltiplas e diferenciadas, das quais o aparato legal não é senão uma faceta. Nem reflexo desta ação, nem instância ne

II- TEXTOS LEGAIS

1. 1888-1930

- LEI 3353 (LEI ÁUREA), de 13/5/1888. Declara extinta a escravidão no Brasil.
- DECRETO 13A, de 26/11/1889. Regula a concessão de naturalizações.
- DECRETO 58A, de 14/12/1889. Providência sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na República.
- DECRETO 163, de 16/6/1890. Cria colônias nacionais no território da Guiana brasileira.
- DECRETO 216, de 22/2/1890. Dá nova organização à Secretaria do Interior.
- DECRETO 217, de 24/2/1890. Determina que a concessão feita pelo DEC. nº 9887 de 7/3/1888, de garantia de 6% a.a. sobre o capital de 1.500:000\$ à Cia. Lo name Indústria e Colonização, para o estabelecimento de um engenho central na Barra do Piraí, RJ, passe a ser regida pelas disposições do regulamento aprovado pelo DEC. 10393 de 9/10/1889.
- DECRETO 277D, de 22/3/1890. Declara que serão considerados cidadãos brasileiros e incluídos no alistamento eleitoral os estrangeiros que o requererem, tendo os requisitos legais.
- DECRETO 277E, de 22/3/1890. Determina o modo de proceder-se à eliminação dos nomes dos estrangeiros alistados eleitores que dentro do prazo marcado no Art. 1º do DECR. nº 58A de 17/2/1889, houverem declarado não aceitar a nacionalidade brasileira, e dá outras providências concernentes ao processo de alistamento eleitoral.

DECRETO 366, de 26/4/1890.

Dá nova distribuição aos serviços a cargo da Sec. do Estado dos Negócios do Interior.

DECRETO 396, de 15/5/1890.

Estabelece providências tendentes a facilitar a execução do Art. 1º do DEC. 58A de 14/12/1889, relativo à naturalização dos estrangeiros residentes na República.

DECRETO 779, de 13/6/1890.

Prorroga o prazo concedido pelo DEC. nº 58A de 14/12/1889 para as declarações dos estrangeiros residentes no Brasil no dia 15/11 anterior que não desejam ser considerados cidadãos brasileiros.

DECRETO 528, de 28/6/1890.

Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes.

DECRETO 861, de 13/10/1890.

Provê sobre a nomeação de juizes de paz nos distritos que não os tivessem eleitos, nas colônias militares e núcleos coloniais.

DECRETO 1187, de 20/12/1890.

Resolve que de ora em diante as concessões para fundação de núcleos e novos contratos para a introdução de imigrantes só sejam feitas por autorização do Congresso.

DECRETO 367, de 6/6/1891.

Autoriza a abrir o crédito suplementar de 115:100\$ para as despesas com a Central de Imigração e aprova o plano dos edifícios que a Cia. Técnico Construtora tem de construir para habitação de operários e classes pobres.

DECRETO 437, de 9/7/1891.

Autoriza a abrir o crédito especial de 21:500\$ para pagamento de vencimentos dos empregados do extinto Official de Colonização.

DECRETO 72, de 5/8/1892.

Autoriza o governo a indenizar o Padre Antônio Martucci por serviços prestados à imigração.

DECRETO 114, de 26/10/1892.

Autoriza o pagamento de passagens de imigrantes e aprova o acordo celebrado entre o governo e a Sociedade Anônima do Gás, pelo DEC. 826 de 24/5 deste ano.

DECRETO 97, de 5/10/1892.

Permite livre entrada, no território da República, de imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa; autoriza o governo a promover a execução do tratado de 5/9/1890 com a China; a celebrar tratado de comércio, paz e amizade com o Japão e dá outras providências atinentes à imigração daquelas procedências.

DECRETO 1160, de 6/12/1892.

Dá regulamento à Sec. de Justiça e Negócios Interiores.

DECRETO 145, de 11/7/1893.

Autoriza o governo a fundar uma colônia correcional no próprio nacional da Fazenda de Boa Vista, existente na Paraíba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dá outras providências.

DECRETO 1470, de 13/7/1893.

Abre ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, um crédito de 1:828:832\$ 635, para ocorrer o pagamento de passagens de imigrantes durante o exercício.

DECRETO 1556, de 6/10/1893.

Regula a entrada e a expulsão de estrangeiros no território nacional.

DECRETO 1598, de 18/11/1893.

Faz alterações na organização da Sec. de Justiça e Negócios Interiores.

DECRETO 1861, de 30/10/1894.

Adota modelos para a expedição de títulos de propriedade de lotes de terra vendidos aos imigrantes.

DECRETO 269, de 26/12/1894.

Autoriza o governo a despendere até 1000:00\$ com a manutenção e desenvolvimento dos núcleos coloniais da margem direita do Araguaia, no Estado do Pará.

DECRETO 290, de 8/8/1895.

Autoriza o governo a abrir o crédito extraordinário de 898:486 \$ 840 para pagamento do excesso das despesas com o serviço de colonização no Estado do RGS, no exercício de 1893.

DECRETO 2231, de 10/2/1896.

Abre no Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 500:000\$ para favorecer a civilização dos silvícolas nos Estados do Pará e Amazonas e fundar colônias nas fronteiras, mandando pelo mesmo crédito construir linhas telegráficas em estradas que facilitem as comunicações para essas colônias.

DECRETO 2267, de 23/4/1896.

Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 2148:683\$ para concorrer às despesas de introdução, transporte e localização de imigrantes durante o 2º semestre do atual exercício.

DECRETO 2280, de 14/5/1896.

Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 386:593\$333 para ocorrer às despesas extraordinárias com as hospedarias de imigrantes de Pimenteiro e da Ilha das Flores, durante o recente exercício.

DECRETO 2372, de 18/10/1896.

Abre ao Ministério da Indústria ,
Viação e Obras Públicas o crédito
de 1344:436\$670 para as despesas
de introdução, transporte e loca-
lização de imigrantes durante o
4º trimestre do atual exercício.

DECRETO 2598, de 31/8/1897.

Extingue a hospedaria de imigran-
tes estabelecida na estação de Pi-
nheiros.

DECRETO 3191, de 7/1/1899.

Reorganiza a Secretaria do Estado
de Justiça e Negócios Interiores.

DECRETO 3376, de 21/8/1899.

Obriga a Cia. Colonização e In-
dústria de SC a introduzir, medi-
ante cláusulas, os imigrantes ne-
cessários ao povoamento dos nú-
cleos que tem fundado no Estado
de SC.

DECRETO 3359, de 29/12/1899.

Regula a introdução de imigrantes
a que se refere o contrato em vi-
gor celebrado entre o Governo Fe-
deral e a Cia. Norte-Mineira para
a fundação de núcleos agrícolas.

DECRETO 3809, de 15/10/1900.

Abre ao Ministério da Indústria ,
Viação e Obras Públicas o crédito
especial de 1020:000\$ para liqui-
dação definitiva dos compromissos
contraídos para com as companhias
de navegação que transportaram e-
migrantes da Europa para o país.

DECRETO 733, de 21/12/1900.

Reorganiza as colônias militares.

DECRETO 753, de 31/12/1900.

Autoriza o poder executivo a pa-
gar a Estevão Cunha a importância
das terras de sua propriedade em
que foram localizados imigrantes,
na ex-colônia Brusque.

DECRETO 705, de 15/10/1900.

Autoriza a abertura do crédito
especial de 1020:000\$ para liqui-
dação definitiva dos compromissos
contraídos com as companhias de

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

- DECRETO 904, de 12/11/1902. navegação que transportaram imigrantes da Europa para o Brasil. Regula a naturalização de estrangeiros.
- DECRETO 4662, de 12/11/1902. Aprova o regulamento para as colônias militares. (Obs.: Dec. 5018 de 28/10/1903 suprime o art. 35 e modifica o art. 46 e respectivo § do regulamento aprovado pelo DEC. 4662, de 12/11/1902).
- DECRETO 1641, de 7/1/1907. Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.
- DECRETO 6486, de 23/5/1907. Manda observar as instruções expedidas para a execução do DEC. 1641, de 7/1/corrente ano.
- DECRETO 6948, de 23/5/1908. Regula a naturalização de estrangeiros e dá outras providências.
- DECRETO 8532, de 25/1/1911. Estabelece regras para a concessão de estradas de ferro coloniais com direito à subvenção.
- DECRETO 2416, de 28/6/1911. Regula a extradição de nacionais e estrangeiros e processo e julgamento dos mesmos, quando fora do país, perpetrarem algum dos crimes mencionados nesta lei.
- DECRETO 8889, de 9/8/1911. Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito de 200:000\$, ouro, e 2.000000\$, papel, suplementar à verba III - Imigração e colonização - do art. 50 da Lei nº 2356, de 31/12/1910.
- DECRETO 9081, de 3/11/1911, RJ,1913. Dá novo regulamento ao serviço de Povoamento.
- DECRETO 10024, de 29/1/1913. Emancipa as colônias militares de Foz do Iguaçu e do Alto-Uruguai.
- DECRETO 10059, de 14/2/1913. Cria um núcleo colonial no município de Joinville, Estado de SC.

DECRETO 10182, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Tayõ, PR.
DECRETO 10183, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Joahy, PR.
DECRETO 10184, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Jesuino Marcondes, PR.
DECRETO 10185, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Itapaê, PR.
DECRETO 10186, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Iraty, PR.
DECRETO 10187, de 16/4/1913.	Emancipa o núcleo colonial Vere-Guarany, PR.
DECRETO 10386, de 6/8/1913.	Cria um núcleo colonial no município de Castro, PR.
DECRETO 10727, de 4/2/1914.	Emancipa o núcleo colonial Affonso Pae, MG.
DECRETO 11874, de 12/1/1916.	Emancipa o núcleo colonial João Pinheiro, MG.
DECRETO 12083, de 31/5/1916.	Emancipa o núcleo colonial Itati-aia, RJ.
DECRETO 12084, de 31/5/1916.	Emancipa o núcleo colonial Visconde de Macaé, RJ.
DECRETO 13039, de 29/5/1918.	Emancipa o núcleo colonial Monção, SP.
DECRETO 13035, de 29/5/1918.	Emancipa o núcleo colonial Inconfidentes, MG.
DECRETO 3991, de 5/1/1920.	Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920. (Obs.: art. 28, nº 3 - Imigração).
DECRETO 13968, de 8/1/1920.	Emancipa o núcleo colonial Bandeirantes, SP.
DECRETO 13696, de 8/1/1920.	Emancipa o núcleo colonial Barão do Rio Branco, SC.
DECRETO 4025, de 10/1/1920.	Autoriza a abertura pelo Ministério da Agricultura, Indústria e

DECRETO 14002, de 14/1/1920.

Comércio do crédito especial de 2000:000\$ para ser aplicado no transporte, recepção e hospedagem de imigrantes.

DECRETO 14052, de 10/2/1920.

Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito de 2000:000\$, ouro, para ser aplicado no transporte, recepção e hospedagem de imigrantes.

DECRETO 4469, de 14/1/1922.

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 150:000\$ para reforço da verba 12ª, art. 52, da Lei 3991, de 5/1/1920.

DECRETO 15400, de 15/3/1922.

Aprova em todas as suas cláusulas a Convenção de Emigração e Trabalho, assinada em 8/10/1921, em Roma, entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália.

DECRETO 15531, de 21/6/1922.

Emancipa o núcleo colonial Yapó, PR.

DECRETO 15686, de 29/11/1922.

Emancipa o núcleo colonial Apucarana, PR.

DECRETO 15919, de 4/1/1923.

Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito de 300:000\$ destinado a atender as despesas com a introdução no país de imigrantes agricultores europeus e com a localização de trabalhadores nacionais.

DECRETO 16055, de 26/5/1923.

Cria no município de Tibagy, PR, um núcleo colonial com a denominação de "Candido Abreu".

DECRETO 16051, de 26/5/1923.

Cria no município de S. Felix, BA, um núcleo colonial e lhe dá a denominação de Rui Barbosa.

Promulga a Convenção de emigração e trabalho entre o Brasil e a Itália.

LEI 4793, de 7/1/1924.

Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1924. (Obs.: art. 175, nº 20)

DECRETO 16381, de 20/3/1924.

Cria no município de São Mateus, ES, um núcleo colonial com a denominação de Santos Neves.

DECRETO 16491, de 21/5/1924.

Emancipa o núcleo colonial Senador Comee, PR.

LEI 4911, de 12/1/1925.

Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1925.

DECRETO 16791, de 10/2/1925.

Dá denominação de núcleo colonial ao centro agrícola Cleveland, Estado Pará.

DECRETO 16921, de 27/5/1925.

Emancipa o núcleo colonial Cruz Machado, PR.

DECRETO 16442, de 16/6/1925.

Retifica o Decreto 16762, de 12/1924, que extinguiu os núcleos coloniais Santos Neves e Rui Barbosa e deu outras providências.

DECRETO 16972, de 8/7/1925.

Emancipa o núcleo colonial Esteves Junior, SC.

DECRETO 17277, de 14/4/1926.

Cria um núcleo colonial no vale do rio Ribeira do Iguape, PR, com a denominação de Marquês de Abrantes.

DECRETO 5268, de 27/9/1927.

Autoriza o poder executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o crédito especial de 1600:000\$, para melhor aparelhamento do serviço migratório.

DECRETO 18394, de 18/9/1928.

Concede à Sociedade de Colonização, limitada, autorização para funcionar na República.

2. 1930-1964

√ DECRETO 19307, de 12/8/1930.

Faz público o depósito de ratificação, pelos Estados Unidos da América, da convenção sobre condição dos estrangeiros, assinada em Havana, em 1928.

√ DECRETO 19482, de 12/12/1930.

Limita a entrada no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais e dá outras providências.

√ DECRETO 19495, de 17/12/1930.

Dispõe sobre a primeira organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

√ DECRETO 19530, de 27/12/1930.

Dispõe sobre a fundação de centros agrícolas e núcleos coloniais e outros serviços com a finalidade de localizar trabalhadores nacionais.

√ DECRETO 19655, de 2/2/1931.

Abre o crédito extraordinário de 2.000.000\$ para atender as despesas de obras contra as secas do Nordeste.

√ DECRETO 19667, de 4/2/1931.

Organiza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e extingue o serviço de povoamento.

√ DECRETO 19670, de 4/2/1931.

Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional de Povoamento, criado pelo decreto 19667 de 4/2/1931.

√ DECRETO 19671, de 4/2/1931.

Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional do Trabalho, criado pelo decreto 19667 de 4/2/1931.

√ DECRETO 19740, de 7/3/1931.

Dilata o prazo fixado no art. 3º, do decreto 19482 de 12/12/1930 e

✓ DECRETO 19924, de 27/4/1931.

✓ DECRETO 20006, de 18/5/1931.

✓ DECRETO 20303, de 19/8/1931.

✓ DECRETO 20351, de 31/8/1931.

✓ DECRETO 20459, de 21/10/1931.

✓ DECRETO 20551, de 21/10/1931.

✓ DECRETO 20915, de 6/1/1932.

✓ DECRETO 21115, de 2/3/1932.

✓ DECRETO 21175, de 21/3/1932.

✓ DECRETO 21509, de 11/6/1932.

equipara aos brasileiros natos, para os efeitos do mesmo decreto, os estrangeiros nas condições que manciona.

Dispõe sobre terras devolutas.

Manda abrir um crédito ao Ministério das Relações Exteriores para atender as despesas efetuadas no ano de 1930 com os serviços de de marcação de fronteiras.

Dispõe sobre a nacionalização do trabalho na Marinha Mercante e dá outras providências.

Cria a caixa de subvenções destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino.

Transfere para a Diretoria do Patrimônio Nacional parte da terceira seção do Departamento de Povoamento.

Suprime no Departamento Nacional de Povoamento um lugar de motorista de automóvel.

Estabelece novo prazo para aplicação das quantias recebidas por adiantamento e destinadas a ocorrer as obras de saneamento e fundação de núcleos coloniais, e bem assim para prestações das respectivas contas.

Transfere a Fazenda Nacional de Santa Cruz para o Departamento Nacional de Povoamento.

Institui a Carteira Profissional.

Organiza os quadros embarcações

✓ DECRETO 22035, de 29/10/1932.

das empresas de navegação para os efeitos da nacionalização do trabalho na Marinha Mercante.

✓ DECRETO 22.226, de 14/12/1932.

Altera o DEC. 21580 de 29/6/ 1932 que regulamentou o nº 21175 de 21/3/1932 pelo qual foi instituída a carteira profissional.

✓ DECRETO 22267, de 28/12/1932.

Cria o Núcleo Colonial São Bento em terras da Fazenda Nacional do mesmo nome, no município de Nova Iguaçu, RJ.

✓ DECRETO 22425, de 1/2/1933.

Prorroga até 30 de junho de 1933 o prazo para a aplicação e prestação de contas das quantias recebidas por adiantamento para a localização de trabalhadores nacionais.

✓ DECRETO 22453, de 10/2/1933.

Dispõe sobre as fazendas da União e outras terras públicas transferidas para o MTIC.

✓ DECRETO 2284, de 14/6/1933.

Limita até resolução em contrário a entrada no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe e dá outras providências.

✓ DECRETO 22868, de 28/6/1933.

Abre ao MTIC o crédito de 50:000\$ para a abertura e reparos de uma estrada de rodagem ligando a cidade de Colatina aos Núcleos Coloniais Monte Claro e Águia Branca, no ES.

✓ DECRETO 22884, de 4/7/1933.

Prorroga até 31 de dezembro de 1933 o prazo para a aplicação dos adiantamentos recebidos para a localização de trabalhadores e dá outras providências.

Lei dos 2/3.

✓ DECRETO 23124, de 21/8/1933.

Permite ao brasileiro naturaliza-
do nas condições que menciona a
continuação do exercício do cargo
de comandante de navio mercante
nacional.

✓ DECRETO 23138, de 9/9/1933.

Abre ao MTIC crédito especial pa-
ra atender aos serviços de insta-
lação de núcleos coloniais nas
fazendas nacionais situadas no
Piauí.

✓ DECRETO 23979, de 8/3/1934.

Passa a jurisdição do Ministério
da Agricultura o Serviço de Colo-
nização Agrícola do Departamento
Nacional de Povoamento do MTIC.

✓ DECRETO 24132, de 17/4/1934.

Faz público o depósito do instru-
mento de ratificação pelo Chile da
Convenção sobre condição dos es-
trangeiros firmada em Havana a
20/2/1928.

✓ DECRETO 24215, de 9/5/1934.

Dispõe sobre a entrada de estran-
geiros no Território Nacional.

✓ DECRETO 24258, de 16/5/1934.

Aprova o regulamento da entrada
de estrangeiros em território na-
cional.

✓ DECRETO 24315, de 1/6/1934.

Torna efetiva a transferência do
Serviço de Colonização Agrícola
do Departamento Nacional de Povoa
mento do MTIC para o da Agricultur
a e dá outras providências.

✓ DECRETO 24426, de 19/6/1934.

Prorroga até 30/9/1934 o prazo pa-
ra o registro de diplomas de médi-
cos formados pro institutos es-
trangeiros de ensino que exercem
a profissão no RGS há menos de
dez anos.

✓ DECRETO 24467, de 26/6/1934.

Cria no Ministério da Agricultura
o Serviço de Irrigação, Reflores-
tamento e Colonização, diretamen-

✓ DECRETO 24484, de 27/6/1934.

✓ DECRETO 24609, de 6/7/1934.

✓ DECRETO 24695, de 12/7/1934.

✓ DECRETO 24700, de 12/7/1934.

✓ DECRETO 559, de 31/12/1935.

✓ DECRETO 756, de 20/4/1936.

✓ DECRETO-LEI 58, de 10/12/1937.

✓ DECRETO 2265, de 25/1/1938.

✓ DECRETO 383 de 18/4/1938.

✓ DECRETO 389, de 25/4/1938.

✓ DECRETO-LEI 392, de 27/4/1938.

✓ DECRETO-LEI 394, de 28/4/1938.

te subordinado ao Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Prorroga até 30 de junho de 1934 o prazo para a aplicação dos adiamentos recebidos para a localização de trabalhadores nacionais.

Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas.

Cria no Departamento Nacional do Povoamento o Serviço de Identificação de Imigrantes e dá outras providências.

Transfere do MTIC para o Ministério da Guerra o Serviço de Proteção aos Índios.

Emancipa o núcleo colonial Cleveland, no Pará.

Aprova o regulamento que estabelece as normas a que deve obedecer o Serviço de Identificação Profissional (carteira de trabalho).

Dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações.

Constitui uma comissão a fim de estudar leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros.

Veda aos estrangeiros a atividade política no Brasil.

Regula a nacionalidade brasileira.

Regula a expulsão de estrangeiros.

Regula a extradição.

- ✓ DECRETO 406, de 4/5/1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
- ✓ DECRETO 479, de 8/6/1938. Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.
- ✓ DECRETO 3010, de 20/8/1938. Regulamenta o Decreto-Lei 406 de 4/5/1938 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
- ✓ DECRETO 639, de 20/8/1938. Modifica o Decreto 406, de 4/5/1938.
- ✓ DECRETO-LEI 685, de 14/9/1938. Declara de utilidade pública lotes de terra do antigo Núcleo Colonial de Itatiaia.
- ✓ DECRETO 809, de 26/10/1938. Altera os Decretos nº 406 e nº 3010; muda o valor a ser cobrado nas taxas de imigração.
- ✓ DECRETO-LEI 896, de 26/11/1938. Abre pelo Ministério do Trabalho o crédito especial de 152:900\$ para despesas do Conselho de Imigração e Colonização.
- ✓ DECRETO-LEI 948, de 13/12/1938. Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas.
- ✓ DECRETO-LEI 1023, de 31/12/1938. Abre pelo Ministério do Trabalho o crédito especial de réis 1400:000 \$ para despesas do Conselho de Imigração e Colonização.
- ✓ DECRETO 1023-A, de 31/12/1938. Transforma o Departamento Nacional de Povoamento em Departamento Nacional de Imigração.
- ✓ DECRETO 3691, de 6/2/1939. Aprova o regimento do Conselho de Imigração e Colonização.
- ✓ DECRETO-LEI 1164, de 18/3/1939. Dispõe sobre as concessões de terra e vias de comunicações na faixa de fronteira, bem como so-

- √ DECRETO-LEI 1202, de 8/4/1939. bre as indústrias aí situadas. Dispõe sobre a Administração dos Estados e dos Municípios.
- √ DECRETO-LEI 1237, de 2/5/1939. Organiza a justiça do trabalho e dispõe sobre a assistência ao trabalhador nacional.
- √ DECRETO 4100 de 17/5/1939. Modifica o Regimento do Conselho de Imigração e Colonização, baixado pelo Decreto nº 3691, de 6/2/1939.
- √ DECRETO 4317, de 28/6/1939. Faz pública a aplicação à Birmânia da Convenção Internacional para a repressão do tráfico de mulheres e crianças, firmada em Genebra, a 30/9/1921.
- √ DECRETO-LEI 1301, de 29/5/1939. Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 200:000\$000 destinado ao Conselho de Imigração e Colonização.
- √ DECRETO-LEI 1377, de 27/6/1939. Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros nos casos do art. 3º, alíneas a e b do DECRETO-LEI 479, de 8/6/1938.
- √ DECRETO 1423, de 14/7/1939. Concede prazo para a opção pela nacionalidade brasileira.
- √ DECRETO 1476, de 3/8/1939. Altera, sem aumento de despesas, o orçamento do Conselho de Imigração e Colonização.
- √ DECRETO 1545, de 25/8/1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.
- √ DECRETO 1736, de 3/11/1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios.
- √ DECRETO 1843, de 7/12/1939. Dispõe sobre a nacionalização do trabalho e a proteção do trabalhador nacional.

√ DECRETO 1966, de 16/1/1940.	Uniformiza em todo o território nacional a taxa de registro de estrangeiros.
√ DECRETO 2009, de 9/2/1940.	Dá nova organização aos núcleos coloniais.
√ DECRETO 2017, de 14/2/1940.	Concede facilidades aos nacionais de Estados americanos para entrada no território brasileiro.
√ DECRETO-LEI 2159, de 30/4/1940.	Prorroga o prazo para a opção pela nacionalidade brasileira.
√ DECRETO 5751, de 4/6/1940.	Prorroga o prazo para o registro de estrangeiros.
√ DECRETO-LEI 2681, de 7/10/1940.	Dispõe sobre os planos de colonização dos Estados e municípios.
√ DECRETO 6483, de 5/11/1940.	Modifica o regulamento de passaporte.
√ DECRETO 3059, de 14/2/1941.	Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas nacionais.
√ DECRETO 6882, de 19/2/1941.	Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
√ DECRETO-LEI 3082, de 28/2/1941.	Torna obrigatório o registro dos estrangeiros entrados no país em caráter "temporário".
√ DECRETO-LEI 3295, de 22/5/1941.	Dispõe sobre a aplicação de crédito concedido ao Conselho de Imigração e Colonização.
√ DECRETO-LEI 3175, de 7/4/1941.	Restringe a imigração e dá outras providências.
√ DECRETO-LEI 3176, de 7/4/1941.	Excetua das exigências do DECRETO-LEI 3082 de 28/2/1941 os naturais de Estados americanos.
√ DECRETO-LEI 3183, de 9/4/1941.	Cria na polícia civil do DF a delegacia de estrangeiros.
√ DECRETO-LEI 3209, de 26/4/1941.	Prorroga o prazo para a naturalização de jornalistas estrangeiros

- ✓ DECRETO-LEI 3266 de 12/5/1941. Institui a colonização mediante a organização de "granjas modelo" e funda um núcleo colonial.
- ✓ DECRETO-LEI 3424, de 15/7/1941. Prorroga o prazo para o registro de estrangeiros.
- ✓ PORTARIA Sc. 667, de 10/7/1941. Hospedaria de imigrantes na Ilha das Flores (cria comissão para estudar melhoramentos).
- ✓ DECRETO-LEI 3412, de 10/7/1941. Estabelece comissão para os vendedores do selo de imigração.
- ✓ DECRETO-LEI 3774, de 29/10/1941. Altera, sem aumento da despesa, o orçamento do Conselho de Imigração e Colonização.
- ✓ DECRETO-LEI 3708, de 14/10/1941. Altera a redação do § Único do art. 6º do DECRETO-LEI 3183 de 9/4/1941 (delegacia de estrangeiros)
- ✓ DECRETO-LEI 3911, de 9/12/1941. Estabelece medidas de proteção e segurança aos interesses de estrangeiros na atual emergência.
- ✓ DECRETO 8506, de 30/12/1941. Cria a Colônia Agrícola Nacional de Amazonas.
- ✓ DECRETO-LEI 4051, de 23/1/1942. Dispõe sobre o registro de estrangeiro e a multa devida por excesso de prazo.
- ✓ DECRETO 8671, de 30/1/1942. Cria a Colônia Agrícola Nacional do Pará (Monte Alegre).
- ✓ DECRETO-LEI 4103, de 9/2/1942. Dá nova denominação à Colônia Agrícola de Fernando de Noronha.
- ✓ DECRETO-LEI 4261, de 16/4/1942. Abre ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito especial de 20000:000\$0 para amparo a trabalhadores nacionais e dá outras providências.
- ✓ DECRETO 9398, de 16/5/1942. Suspende a cobrança de taxa mencionada na tabela a que se refere o art. 215 do DEC. 3010 de 20/8 / 1938.

- ✓ DECRETO 9920, de 8/7/1942. Promulga o tratado de extradição entre o Brasil e a Bolívia, firmado no RJ a 25/2/1938.
- ✓ DECRETO-LEI 4504, de 22/7/1942. Dispõe sobre a criação de núcleos coloniais agro-industriais.
- ✓ DECRETO-LEI 4505, de 22/7/1942. Cria o núcleo colonial agro-industrial São Francisco e autoriza a aquisição de imóveis no município de Itaparica, PE, necessários a sua instalação.
- ✓ DECRETO-LEI 4506, de 22/7/1942. Cria o Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 4509, de 23/7/1942. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de 7.736:190\$0, para localização de trabalhadores no vale do Amazonas, e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 4572, de 12/8/1942. Abre, pelo Conselho de Imigração e Colonização, o crédito especial de 30:000\$0.
- ✓ DECRETO-LEI 4717, de 21/9/1942. Dispõe sobre as declarações dos súditos, alemães, italianos e japoneses ao registro do comércio e dá outras providências.
- ✓ PORTARIA 797, de 25/9/1942. Estabelece normas para a organização e administração dos núcleos coloniais.
- ✓ DECRETO-LEI 4771, de 1/10/1942. Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do DEC.LEI nº 4717, de 21/9/1942.
- ✓ DECRETO-LEI 5153, de 31/12/1942. "Autoriza a desapropriação de lotes ou áreas de terras nos núcleos coloniais".
- ✓ DECRETO-LEI ^{n. 5161} de 31/12/1942. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de G\$ 670000000

- para o prosseguimento dos trabalhos de instalação e aparelhamento das colônias agrícolas e núcleos coloniais e dá outras providências.
- Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração da borracha no vale amazônico e dá outras providências.
- Incorpora à Colônia Agrícola Nacional do Pará as terras cedidas a União no Município de Monte Alegre, Estado do Pará.
- Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras de identidade para estrangeiros.
- Cria a Colônia Agrícola Nacional "General Osório" no Estado do Pará.
- Altera a carreira de inspetor de imigração do quadro único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.
- Dispõe sobre a aplicação dos créditos orçamentários e adicionais, destinados às colônias agrícolas nacionais e núcleos coloniais.
- Aprova o regimento do Departamento Nacional do Trabalho.
- Aprova o acordo relativo ao encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências.
- Cria a Colônia agrícola nacional Dourados no território federal de Ponta Porã e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 5225, de 1/2/1943.
- ✓ DECRETO-LEI 5240, de 10/2/1943.
- ✓ DECRETO-LEI 5448, de 30/4/1943.
- ✓ DECRETO 12.417, de 12/5/1943.
- ✓ DECRETO-LEI 5482, de 13/5/1943.
- ✓ DECRETO-LEI 5562, de 9/6/1943.
- ✓ DECRETO 13.001, de 27/7/1943.
- ✓ DECRETO 5813, de 14/9/1943.
- ✓ DECRETO-LEI 5941, de 28/10/1943.

- ✓ DECRETO-LEI 5860, de 30/9/1943. Modifica o art. 348 do Código Civil e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 6117, de 16/12/1943. Regula a fundação dos núcleos coloniais e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 5153, de 31/12/1943. Autoriza a desapropriação de lotes ou áreas de terras nos núcleos coloniais.
- ✓ DECRETO 14.335, de 19/1/1944. Aprova acordo relativo ao recrutamento e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia.
- ✓ PORTARIA 31, de 13/1/1944. (Pub. DOFC. 29/1/44). Baixa instruções regulamentando a situação dos colonos do antigo núcleo colonial Inglês de Souza no Estado do Pará, incorporado à Colônia Agrícola Nacional do Pará.
- ✓ DECRETO-LEI 6238, de 3/2/1944. Dispõe sobre o registro dos estrangeiros admitidos em caráter temporário e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 6327, de 8/3/1944. Altera o Decreto-Lei 3266 de 12/5/1941.
- ✓ DECRETO 15.093, de 20/3/1944. Aprova o "Plano Rodoviário Nacional" e dá outras providências.
- ✓ DECRETO-LEI 6390, de 31/3/1944. "Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de \$ 6000000,00, para despesas com o transporte de trabalhadores nacionais".
- ✓ DECRETO-LEI 6430, de 17/4/1944. Dispõe sobre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras.
- ✓ DECRETO-LEI 6827, de 25/8/1944. Autoriza o prefeito do DF a isentar as entidades ou representações estrangeiras do pagamento que menciona.
- ✓ DECRETO-LEI 6850, de 4/9/1944. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

✓ DECRETO-LEI 6947, de 10/10/1944.

✓ DECRETO 16.780, de 10/10/1944.

✓ PORTARIA 207, de 21/10/1944.

✓ DECRETO-LEI 7027, de 7/11/1944.

✓ DECRETO-LEI 7128, de 7/12/1944.

✓ DECRETO-LEI 7150, de 14/12/1944.

✓ DECRETO-LEI 7449, de 9/4/1945.

✓ DECRETO 18.336, de 10/4/1945.

✓ DECRETO-LEI 7575, de 21/5/1945.

§ 59104,90, para atender às despesas decorrentes da concentração, nesta capital, dos alemães embarcados no Cabo de Buena Esperanza.

Cria no quadro permanente do Ministério da Agricultura o cargo em comissão de administração de colônia agrícola nacional do Piauí e abre créditos ao mesmo Ministério

Cria a Colônia Agrícola Nacional de Piauí.

Baixa instruções para distribuição de lotes nas colônias agrícolas nacionais fundadas pela UNIÃO

Estabelece que somente brasileiros podem ser agentes ou representantes das empresas de navegação do Patrimônio Nacional e dá outras providências.

Dispõe sobre a execução das leis de proteção ao trabalho no estado de São Paulo e dá outras providências.

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de § 1.704.366,70 para despesas com trabalhadores destinados ao vale do Amazonas.

Dispõe sobre a organização da vida rural.

Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista, do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Entrada de estrangeiros - revoga o decreto-lei 3175, de 7/4/1944 e dá outras providências.

- ✓ DECRETO-LEI 7657, de 18/6/1945. Administrador de núcleo colonial. Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.
- ✓ DECRETO-LEI 7723, de 10/7/1945. Suspende os efeitos dos Decretos-Leis 3917, de 9/12/1941, e 4166, de 11/3/1942, em relação a pessoas físicas italianas residentes no Brasil.
- ✓ DECRETO 19144, de 11/7/1945. Serviço de Proteção aos Índios - altera o Dec. 15.111 de 27/3/1944.
- ✓ DECRETO 21.801, de 3/9/1945. Núcleos Coloniais - desincorpora e emancipa uma Seção do Núcleo Colonial São Bento.
- ✓ DECRETO-LEI 7967, de 18/9/1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização.
- ✓ DECRETO-LEI 8068, de 10/10/1945. Abre ao Conselho de Imigração e Colonização verba suplementar.
- ✓ DECRETO-LEI 8103, de 17/10/1945. Concede aumento a técnicos estrangeiros para despesas de viagem.
- DECRETO-LEI 8246, de 28/11/1945. Abre ao Conselho de Imigração e Colonização crédito suplementar.
- ✓ DECRETO-LEI 9225, de 2/5/1946. Núcleos coloniais - estende aos reservistas de primeira categoria da aeronáutica e da Marinha os benefícios a que alude o Dec. Lei 844 de 9/11/1938.
- ✓ DECRETO-LEI 9285, de 24/5/1946. Abre ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito especial de G\$ 500.000,00 para despesas com o formento da imigração e com o encaminhamento de imigrantes.
- ✓ DECRETO 9534, de 2/8/1946. Aprova o acordo celebrado em 6/6/1946 entre os governos Federal e do Estado de São Paulo.
- ✓ DECRETO 23.350, de 15/7/1947. "Dispõe sobre a execução dos artigos 6º e 7º do Dec. Lei 7967, de 18/9/1945, que dispõe sobre imigração e colonização".

✓ LEI 292, de 22/6/1948.

Autoriza a abertura pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para ocorrer as despesas com a imigração intensiva. (G\$ 34.000.000,00).

✓ DECRETO 25.354, de 11/8/1948.

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de G\$ 34.000.000,00 para ocorrer as despesas realizadas e por se realizar, com a imigração intensiva.

✓ DECRETO 25.547, de 21/9/1948.

Cria a Colônia Nacional de Jaíba, MG.

✓ DECRETO 25548, de 22/9/1948.

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de G\$ 34.000.000,00 para ocorrer às despesas com a imigração intensiva.

✓ PORTARIA 32, de 19/4/1950.

Autoriza o Departamento Nacional de Imigração, do MTIC, a examinar os requerimentos das instituições ou empresas sobre vindas de estrangeiros para o território nacional.

✓ LEI 1.102, de 18/5/1950.

Aprova o Plano Salto e dispõe sobre sua execução, revigorando, para esse fim, o que dispõe o DEC. LEI nº 6.144, de 29/12/1943.

✓ DECRETO 28.152-A, de 26/5/1950.

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de uma das áreas de terreno destinado à Hospedaria de Imigrantes do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Belém).

✓ DECRETO 28.897, de 23/11/1950.

Aprova os estatutos da Cia. Brasileira de Colonização e imigração italiana.

✓ DECRETO do Legislativo nº 61, de 11/12/1950.

Aprova o texto do acordo de imigração tirados na cidade do Rio

- de Janeiro em 5/7/1950 pelo Brasil e a Itália.
- ✓ DECRETO 29.806, de 27/5/1951. Cria a Comissão de Desenvolvimento Industrial.
- ✓ DECRETO 29.807, de 25/7/1951. Aprova o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco.
- ✓ DECRETO 30.692, de 29/3/1952. Promulga o Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos, firmado no RJ a 15/12/1950.
- ✓ DECRETO 30.824, de 7/5/1952. Promulga o Acordo de Imigração entre Brasil e Itália assinado no RJ a 5/7/1950.
- ✓ PORTARIA 739, de 9/7/1952. Fixa normas para a distribuição de lotes rurais nos núcleos coloniais e Colônias atrícolas nacionais fundadas por intermédio do Ministério de Agricultura nas modalidades individual, diretamente em lotes rurais e mista em centros de colonização.
- ✓ CÂMARA DE DEPUTADOS, 170, 22/7/1952. Constitui comissão especial para proferir parecer sobre projeto criando o INIC e a carteira de colonização do Banco do Brasil.
- ✓ PORTARIA 74, de 19/8/1952. Determina instruções que regulam a distribuição de lotes nos núcleos coloniais e colônias agrícolas.
- ✓ LEI 1933, de 10/8/1953. Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações o crédito especial de G\$ 1.500.000 destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses e alimentação do gado por eles trazido.
- ✓ PORTARIA 27, de 8/10/1953. Dispõe sobre a transferência de lotes dos núcleos e colônias agrícolas nacionais.

✓ LEI 2163, de 5/1/1954.

Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.

✓ PORTARIA 7 de 3/2/1954.

Determina que o Departamento Nacional de Imigração adote imediatamente as medidas que se fazem precisas para o encaminhamento dos nordestinos chegados a esta capital e locais onde possam exercer suas atividades na indústria e na lavoura.

✓ DECRETO 35.778, de 8/7/1954.

Autoriza a aceitação de doação de terras e a fundação do Núcleo Colonial do Andaraí, BA.

✓ DECRETO 36.193, de 20/9/1954.

Aprova o regulamento do INIC.

✓ DECRETO 35.777, de 6/7/1954.

Abre pelo Ministério da Agricultura crédito especial para instalação e funcionamento do INIC.

✓ DECRETO 36.193, de 20/9/1954.

Dá nova redação ao Dec. 35.519 de 19/5/1954 que aprovou o regulamento do INIC.

✓ LEI 2312, de 3/9/1954.

Fixa normas gerais sobre defesa e proteção da Saúde (requisitos, fixação imigrante).

✓ DECRETO 36.715, de 31/12/1954.

Aprova o orçamento do INIC.

✓ PORTARIA 84, de 27/1/1955.

Aprova o regimento interno do INIC, criado pela Lei 2165²⁷ de 5/1/1954, cuja finalidade é realizar a política imigratória brasileira no país e no estrangeiro, bem como o desenvolvimento do povoamento e colonização.

✓ RESOLUÇÃO 653 (IBGE) de 8/7/1955.

Dispõe sobre o levantamento das estatísticas das migrações internas.

✓ LEI 2600, de 13/9/1955.

Autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das hospedarias de migrantes, situadas em Manaus, Belém, Fortaleza e dá

- ✓ CÂMARA DE DEPUTADOS, 40, 11/10/1959. Constitui uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar os graves fatos de discriminação de que estão sendo vítimas os nordestinos que emigram para o sul do país por parte de determinados empregadores, principalmente em São Paulo conforme notícias de conhecimento público e veiculadas na Ass. Legislativa de São Paulo na imprensa desta capital e no Senado Federal.
- ✓ DECRETO 39.282, de 1/6/1956. Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial no Vale do Rio Mearim.
- ✓ DECRETO 39.285, de 1/6/1956. Dispõe sobre medidas necessárias a instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Fortaleza, Estado do Ceará.
- ✓ DECRETO 39.292, de 1/6/1956. Dispõe sobre a instalação de Portos de migração nos Estados de PE, SE, BA.
- ✓ DECRETO 39.294, de 1/6/1956. Dispõe sobre a construção de casas para os trabalhadores nordestinos.
- ✓ DECRETO 39.291, de 1/6/1956. Dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, Alagoas.
- ✓ DECRETO 39.293, de 1/6/1956. Dispõe sobre a instalação de 350 famílias nos núcleos coloniais localizados na Bahia.
- ✓ DECRETO 39.300, de 1/6/1956. Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento de experiências de colonização em Petrolândia, Pernambuco.
- ✓ DECRETO 39.869, de 30/8/1956. Dispõe sobre a liberação dos bens e direitos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas ale-

✓ LEI 2976, de 28/11/1956.

✓ DECRETO-LEI 64, de 19/12/1956.

DECRETO 40.996, de 21/2/1957.

✓ DECRETO 42.122, de 21/8/1957.

✓ RES. 282, de 29/8/1957.

✓ DECRETO 42.516, de 26/10/1957.

✓ DECRETO 43.311, de 7/3/1958.

✓ DECRETO 44.769, de 31/10/1958.

✓ DECRETO 45.219, de 15/1/1959.

✓ DECRETO 45.581, de 18/3/1959.

✓ DECRETO 45.688, de 2/4/1959.

✓ DECRETO 45.770, de 8/4/1959.

mães e dá outras providências.

Cria a Superintendência do Plano de valorização econômica da região de fronteira sudoeste do país.

Aprovada a Constituição do Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C.I.M.E.).

Aprova o orçamento do INIC.

Promulga a constituição do Comitê Intergovernamental para as migrações Européias, adotada em Veneza a 19 de outubro de 1953.

Fixa instruções para a distribuição de lotes rurais nos núcleos coloniais do INIC, revogando a portaria 27 de 8/10/1953 da extinta DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO.

Declara de utilidade pública o patronato assistencial de imigrantes italianos com sede em São Paulo.

Aprova o orçamento do INIC.

Cria o núcleo colonial PIO XII, no distrito de Guaiuba, no município de Pacatuba, Ceará, em terras adquiridas pelo INIC.

Cria o núcleo colonial de Gurgueia na comarca de Jeronema, Piauí, em terras adquiridas pelo INIC.

Cria a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários.

Cria o núcleo colonial Bernardo Sayão, em terras situadas no Município de Araguacema, Goiás.

Dá nova redação ao Art. 28 do regulamento do INIC, baixado com o

- decreto 36.193, de 20/9/1954.
- Dispõe sobre o aproveitamento de vales úmidos, do Estado do Rio Grande do Norte.
- Modifica e amplia o Dec. nº 39.292, de 1/6/1956, que dispõe sobre a instalação de Postos de Migração nos Estados de Pernambuco, Sergipe, e Bahia.
- Constitui grupo de trabalho com a finalidade de projetar e executar a transformação das atuais hospedarias de migrantes, localizadas nas capitais dos Estados do Ceará, Pará e Amazonas, em hospedarias sediadas na zona rural, sem prejuízo dos atuais programas de colonização.
- Aprova o orçamento do INIC.
- Aprova tabela de pessoal pago à conta de dotação específica, sujeito a legislação trabalhista, para suprir as necessidades dos núcleos coloniais do Rio Bonito, Rio XII e Gurguéia mantidos pelo INIC e resultantes do I Encontro dos Bispos do Nordeste.
- Antecipa o INIC.
- Institui a Sudene e dá outras providências.
- Aprova a retificação do orçamento do INIC.
- Aprova o regulamento do plano de valorização econômica da região fronteira sudoeste do país.
- Cria o núcleo colonial Marcolino Dantas em terras situadas no Município de Maxaranguape, RGN.
- ✓ DECRETO 46.372, de 7/7/1959.
- ✓ DECRETO 46.381, de 7/7/1959.
- ✓ DECRETO 46.382², de 7/7/1959.
- ✓ DECRETO 46.400, de 10/7/1959.
- ✓ DECRETO 46.538, de 31/7/1959.
- ✓ DECRETO 46.967, de 5/10/1959.
- ✓ LEI 3692, de 15/12/1959.
- ✓ DECRETO 47.475, de 23/12/1959.
- ✓ DECRETO 47.625, de 15/1/1960.
- ✓ DECRETO 48.596, de 22/7/1960.

- ✓ DECRETO 48.970, de 28/9/1960. Aprova o orçamento do INIC.
- ✓ DECRETO 51.251, de 24/8/1961. Institui, sob a Presidência do INIC, o grupo de Estudos de mão - de-obra.
- ✓ DCM. 164, de 17/11/1961. Aprova o orçamento do INIC.
- ✓ DCM. 396, de 21/12/1961. Aprova o regimento interno do Conselho Fiscal do INIC.
- ✓ PORTARIA 2-B, de 2/1/1962. Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar irregularidade no INIC.
- ✓ DECRETO 51.517, de 25/6/1962. Cria o núcleo colonial Alexandre Gusmão no Distrito Federal, em terras do INIC.
- ✓ DECRETO 629, de 26/2/1962. Determina a presença de médicos na Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa.
- ✓ DECRETO 967, de 7/5/1962. Baixa normas teóricas especiais para o ingresso e fixação de estrangeiros no País e dá outras providências.
- ✓ LEI nº 11, de 11/10/1962. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências.
- ✓ DCM. 1878-A, de 13/12/1962. Aprova o regulamento da Superintendência de Política Agrária - SUPRA.
- ✓ DCM. 1988, de 10/1/1963. Aprova o orçamento do INIC para o exercício de 1962.
- ✓ DECRETO 51.914, de 25/4/1963. Designa funcionário para a seleção médica de imigrantes no exterior.
- ✓ DECRETO LEGISLATIVO, 32, de 18/12/1963. Aprova o acordo de imigração Brasil-Espanha, assinado em Madrid a 27/12/1960.
- ✓ DECRETO 53.611, de 26/2/1964. Complementa o Dec. 51.716 de 15/2/1963 (Atribuições do Ministério das Relações Exteriores).

✓ DECRETO 53.700, de 13/3/1964.

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexplorados ou explorados contrariamente à função social da propriedade e dá outras providências.

✓ DECRETO 53.998, de 3/7/1964.

Promulga acordo de Migração Brasil-Espanha.

✓ LEI 4404, de 14/9/1964.

Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no país, filho de estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.

✓ DECRETO LEGISLATIVO 101, de 18/11/1964.

Aprova o acordo de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, assinado em Roma a 9/12/1960.

✓ LEI 4504, de 30/11/1964.

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, estabelece normas para a execução da reforma agrária e colonização (oficial e particular), para princípios de política agrícola e dá outras providências.

✓ DECRETO 55.889, de 31/03/1965.

Aprova o regulamento geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

DECRETO 44.890, de 31/03/1965.

Aprova o regulamento geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

✓ DECRETO 55.891, de 31/03/1965.

Regulamenta o cap. 1º do TÍTULO I e a seção 3 do cap. 4 do TÍTULO II da lei 4504 de 30/11/1964.

✓ DECRETO 57.020, de 11/10/1965.

Dispõe sobre a concessão de terras aos trabalhadores na lavoura canavieira.

✓ DECRETO 57.299, de 23/11/1965.

Altera o decreto 967 de 7/5/1962.

✓ DECRETO 57.759, de 8/2/1966.

Promulga o Acordo de migração com a Itália.

✓ LEI 4947, de 6/4/1966.

Fixa normas de direito agrário e dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do IBRA.

✓ LEI 4966, de 9/5/1966.

Isenta do imposto de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e dá outras providências.

✓ DECRETO 58.819, de 14/7/1966.

Promulga a Convenção nº 97, sobre os trabalhadores migrantes (OIT).

✓ DECRETO 59.168, de 1/9/1966.

Altera o disposto no Decreto 53.611 de 26/2/1964 (seleção de imigrantes na Europa, Japão, Suíça).

✓ DECRETO 59.428, de 27/10/1966.

Dispõe sobre a política de coloni-
zação.

✓ DECRETO 59.456, 1/11/1966.

Aprova os planos nacionais e regi-
onais de reforma agrária.

✓ DECRETO 59.917, de 30/12/1966.

Regulamenta o Serviço Federal de
Habitação e Urbanismo, estabelece
suas finalidades e modo de opera-
ção, cria o fundo de planos de de-
senvolvimento local integrado.

✓ DECRETO-LEI 200, de 25/2/1967.

Criação do Ministério do Interior,
com competência para atuar na área
de migrações internas e desenvol-
vimento regional, e fixa competên-
cia do Ministério do Trabalho na
fixação de política de imigração.

✓ DECRETO-LEI 301, de 28/2/1967.

Dispõe sobre o plano de desenvol-
vimento da fronteira SUDOESTE, cri-
a a SUDESUL e aprova seu primeiro
plano diretor.

✓ DECRETO 60.314, de 7/3/1967.

Cria os distritos de colonização
de Santa Cruz e Duque de Caxias.

✓ DECRETO 61.324, de 11/9/1967.

Aprova o regulamento para contro-
le aduaneiro de bagagem proceden-
te do exterior e dá outras provi-
dências.

✓ LEI 5314, de 11/9/1967.

Estabelece normas para fiscaliza-
ção de mercadorias estrangeiras e
dá outras providências.

✓ DECRETO 61.330, de 11/09/1967.

Institui grupo de trabalho para a
integração da Amazônia.

✓ DECRETO 61.610, de 24/10/1967.

Transfere para o Ministério do In-
terior as atribuições e o acervo
de bens constitutivos do programa
de migrações internas e radicação
de populações até então sob a res-
ponsabilidade do Ministério do
Trabalho e Previdência Social.

- ✓ LEI 005402, de 29/3/1968.
- ✓ LEI 5411, de 9/4/1968.
- ✓ DECRETO-LEI 582, de 15/5/1969.
- ✓ DECRETO 65.130, de 10/9/1969.
- ✓ DECRETO 65.823, de 8/12/1969.
- ✓ DECRETO 66.500, de 27/4/1970.
- ✓ DECRETO 1368, de 15/6/1970.
- ✓ DECRETO-LEI 1110, de 9/7/1970.
- ✓ DECRETO 67.394, de 16/10/1970.
- ✓ CÂMARA DE DEPUTADOS, 000109, de 26/11/1970.

Autoriza o poder executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de 406.000,00, para atender o Programa Especial de Migrações Internas.

Extingue a taxa de imigração, criada pelo DEC.-LEI nº 406, de 4/5/1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo DEC.-LEI nº 639, de 20/8/1938.

Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do IBRA.

Aprova o regulamento do IBRA.

Altera o regulamento do IBRA aprovado pelo DEC. 65.130 de 10/9/69.

Constitui comissão para estudar a fusão do IBRA e do INDA.

Dispõe sobre a criação de uma comissão para definir e implementar a política de incorporação das migrações ao processo de desenvolvimento regional.

Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extingue o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

Revoga os decretos que concederam à empresa SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY autorização para funcionar na República Federal do Brasil.

Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o funcionamento e a ação do IBRA e do INDA.

✓ DECRETO 68153, de 1/2/1971.

Aprova o regulamento do INCRA.

✓ DECRETO-LEI 1164, de 1/4/1971.

Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia legal.

✓ PORTARIA 302, de 22/4/1971.

Estabelece a estrutura, funcionamento e baixa o regimento interno do INCRA.

✓ DECRETO 69.117.

Dispõe sobre o enquadramento de servidores do INIC e órgãos incorporados ao INCRA.

✓ LEI 5727, de 4/11/1971.

Dispõe sobre o primeiro plano nacional de desenvolvimento (PND) para o período 1972-74.

✓ PORTARIA 3127 do MTPs, 19/4/1972.

Aprova relatório da Comissão Mista Especial constituída para examinar problemas concernentes à mão-de-obra, migrações internas e concede prazo de 180 dias para a nova etapa dos seus trabalhos.

✓ DECRETO 70.782, de 4/7/1972.

Revoga os decretos 9384, de 21/2/1912, e 9577, de 8/5/1912, que concederam à empresa AMAZON LAND AND COLONIZATION COMPANY autorização para funcionar e continuar a funcionar no Brasil.

✓ CONVÊNIO 000, de 7/11/1972.

Convênio Minter-MT-MS-Estado de São Paulo - Santa Fé do Sul (Prefeitura Municipal), objetivando definir as responsabilidades e atribuições das partes acordantes quanto à construção, instalação, organização, aparelhamento e funcionamento do Centro de Triagem e Treinamento de Migrantes, que por sua vez terá a finalidade de procurar diminuir o afluxo indiscri-

✓ DECRETO 71.615, de 22/12/1972.

✓ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 40B, de 6/4/1973.

✓ PORTARIA 10.876, de 29/5/1973.

✓ CONVÊNIO MINTER-MIN. PL. E COORD. GERAL, 31/5/1974.

✓ DECRETO-LEI 50, de 30/6/1974.

✓ CONVÊNIO SEC. GERAL MINTER-FIBGE.

minado de pessoas para a cidade de São Paulo, bem como fornecer informações quanto à origem, procedência e destino no Minter para orientação da política migratória nacional.

Regulamenta o DEC.-LEI 1164 de 1/4/1971, alterado pelo DEC.-LEI 1243 de 30/10/1972, e fixa normas para a implantação de projetos de colonização, concessão de terras e estabelecimentos e exploração de indústrias de interesse da segurança nacional nas terras devolutas localizadas ao longo das rodovias na Amazônia legal.

Destaque de recursos do Programa de Integração Nacional (P.I.N.) no valor de R\$ 4.000.000,00 para aplicação pelo Minter-Sudene no projeto de colonização do Vale do Gurguéia, Ceará.

Submete a homologação ministerial, resolução nº 711 de 4/5/1973 do Conselho Diretor da SUVALE, que aprova doação à Prefeitura Municipal de Corinto (MG) do terreno e benfeitorias que integram a hospedagem de migrantes.

Convênio para execução de pesquisas no campo das migrações internas a níveis nacional, regional e urbano local.

Aprova protocolo adicional ao acordo de migração Brasil/Itália, de 9/12/1960.

Convênio para execução de estudos e pesquisas no campo das migrações internas na região sudeste.

- ✓ DECRETO 74.607, de 25/9/1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)
- ✓ PORTARIA 1299, de 10/10/1974. Designa técnicos do MINTER e da SEPLAN para comporem a comissão executiva da pesquisa de migrações internas a nível nacional.
- ✓ DECRETO 74.965, de 26/11/1974. Regulamenta a lei nº 5709 de 7/10/1971 que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país.
- ✓ CONVÊNIO MINTER-M.A., de 23/12/1974. Convênio que entre si celebram o Minter e o Ministério da Agricultura para ação coordenada no território do Amapá no sentido de regularização fundiária e cumprimento da política agrária prescrita pelo ESTATUTO DA TERRA.
- ✓ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 52, de 2/4/1975. Cria um grupo de trabalho composto por representantes da SEPCAN, MME, MINTER, CHESF, INCRA, sob a coordenação do presidente deste último para execução de projetos de realocização e assentamento das famílias em áreas selecionadas no Estado da Bahia e tomar as medidas necessárias à implementação dos diversos projetos de colonização.
- ✓ PORTARIA 3236, de 15/7/1975. Incorpora à Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Previdência Social as atividades, atribuições e cargos da Divisão de Migração - Seção de Registro de Emprego e Desemprego, da extinta Secretaria do Trabalho.
- ✓ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 000011, de 10/9/1975. Aprova as diretrizes e pontos básicos da ação a ser desenvolvida na área do trabalho, notadamente em campos novos como de emprego e treinamento no período 1975-

✓ PLANO DE APLICAÇÃO, 00000, de
7/10/1975.

✓ PORTARIA 77, de 27/2/1976.

✓ PORTARIA 75, de 27/2/1976, (Pub.
DOFC. 11/3/1976).

PORTARIA 76, de 27/2/1976 (Pub.
DOFC. 12/3/1976).

✓ ACORDO DNOCS-MT, 11/5/1976.

79, consistente com o 2º PND.

Plano de aplicação de recursos financeiros provenientes do programa de desenvolvimento de áreas integradas no Nordeste - POLONORDESTE... para o projeto de colonização da região de Sobradinho da CIA. HIDROELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO (CHESF), através de convênio a ser firmado com o M.M.E.

Aprova a instrução especial 13/76 do INCRA que disciplina a participação das cooperativas agropecuárias nos programas de colonização da Amazônia.

Aprova a instrução 11/76 do INCRA que fixa critérios para alienação de terras na Amazônia legal mediante licitação para atender às empresas particulares de colonização que se disponham a complementar a ação do Governo nos programas de colonização oficial.

Aprova a instrução 12/76 do INCRA que dispõe sobre os critérios para alienação mediante licitação de imóveis rurais arrecadados pelo INCRA e situados na Amazônia legal com áreas superiores a 3.000 ha para a execução de projetos de atividades de interesse agrícola, pecuário ou industrial por pessoas de direito privado ou órgão do poder público.

Acordo especial que entre si celebraram a Secretaria Especial de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho através de seu programa intensivo de preparação de mão-de-obra e DNOCS para treinamento...

✓ RESOLUÇÃO 172/18051976 (CODEVASF),
24/5/1976.

CONVÊNIO MINTER/GOV. BAHIA/SUDENE
3/6/1976.

✓ MINTER/SUDESUL, 7/6/1976.

TERMO ADITIVO, de 21/7/1976.

✓ CONVÊNIO MT-SUDENE, 13/12/1976.

✓ DECRETO 79.056, de 30/12/1976.

Aprova a interveniência da Companhia em convênio a ser firmado entre o Minter e o Ministério do Trabalho para execução de programas de qualificação de mão-de-obra urbana e rural no Vale do São Francisco.

Para execução de um programa de atendimento e promoção de populações migrantes e de baixa renda.

Ordem de serviço expedida em consonância com os disposto no contrato 02/71 (SUDESUL/UFRS) de prestação de serviços e colaboração científica e técnica... para que a UFRS realize uma pesquisa visando caracterizar as áreas de expulsão e de atração de população, objetivando a compreensão e explicação causal do fenômeno migratório.

Termo aditivo ao convênio 14/75, celebrado entre a SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, objetivando a instalação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes em Foz do Iguaçu.

Estabelece um mecanismo de cooperação para a organização do mercado de trabalho e o fomento ao emprego e produtividade através da implantação do SINE na região Nordeste.

Atribui ao Ministério da Saúde competência para realizar o controle sanitário relativo a migrações humanas internas e novos assentamentos humanos.

- ✓ CONVÊNIO MINTER-GOV. DE MG, 14/01/1977.
- ✓ PORTARIA 7, de 3/1/1977.
- ✓ CONVÊNIO MINTER-EST. PR.- SUDESUL Nº 4, 15/2/1977.
- ✓ PORTARIA 532, de 26/4/1977.
- ✓ CONTRATO 3 (MINTER-SUDESUL), de 3/6/1977.
- ✓ TERMO ADITIVO Nº 1 (MINTER), 6/7/1977.
- ✓ CONVÊNIO 8 (MINTER-ESP), 1/8/1977.
- Convênio de cooperação técnica e financeira para executar programa estadual de migrações internas.
- Delega competência ao comandante da oitava região militar como representante do Ministério do Exército assinar convênio com o INCRA, afim de identificar os colonos e posseiros assentados na área de jurisdição do projeto integrado de colonização do INCRA no Pará.
- Convênio de auxílio financeiro para executar um programa de migrações internas.
- Delega competência ao comandante militar do Planalto e décima-primeira região militar para representar o Ministério do Exército na assinatura do convênio com o INCRA relativo ao fornecimento de documentos aos ocupantes de terras públicas no Estado de Goiás.
- Contrato para a instalação de um núcleo de triagem e encaminhamento de migrantes no município de Porto Alegre, objetivando efetuar uma pesquisa junto aos migrantes e cadastrar entidades assistenciais ou de pesquisa na área de migrações internas.
- Termo Aditivo ao convênio firmado em 13/5/1976, entre o Minter, o Governo da Bahia e a SUDENE para o atendimento e promoção de populações migrantes e de baixa renda do território.
- Convênio para atendimento e promoção de populações migrantes de baixa renda.

✓ DECRETO 80.138, de 11/8/1977.

Protocolo adicional ao Acordo de migração de 9/12/1960 entre Brasil e Itália.

✓ PORTARIA 1351, de 24/8/1977.

Delega competência ao comandante do 3º grupamento de fronteira para representar o Ministério do Exército junto ao INCRA; para fornecer documentos aos ocupantes de terras públicas.

✓ PORTARIA 1492, de 14/9/1977.

Delega competência ao comandante militar do Planalto para representar o Ministério do Exército junto ao INCRA; para fornecimento de documentos aos ocupantes de terras públicas no Estado de Goiás.

✓ CONVÊNIO MINTER-SUDECO Nº 57, 20/9/1977.

Contrato firmado entre a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e a Fundação Projeto Rio para a execução de levantamentos e cadastramento de entidades participantes no atendimento ao imigrante na região Centro-Oeste.

✓ PORTARIA 1842, de 11/10/1977.

Delega competência ao comandante da 1ª Região Militar para representar o Ministério do Exército junto ao INCRA para dar cessão gratuita por prazo indeterminado aos ocupantes da gleba IMBURO, situada em Macé-RJ.

✓ CONTRATO 61, 21/10/1977.

Celebrado entre o Minter, a SUDECO e a Cia. do Desenvolvimento do Planalto Central para a execução de pesquisa a 84 entidades públicas e privadas que atendem indireta e/ou eventualmente a população migrante no Distrito Federal.

✓ CONTRATO 62 (MINTER-SUDECO),
21/10/1977.

✓ TERMO ADITIVO 2 (MINTER-SUDESUL-
PR. GOVERNO), 4/11/1977.

✓ TERMO ADITIVO 000002, de
27/10/1977.

✓ PORTARIA 1843, de 11/10/1977.

✓ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 378, de
16/11/1977.

✓ CONVÊNIO 29, de 18/11/1977.

✓ CONVÊNIO 79 (MINTER/SUDECO),
13/12/1977.

Contrato para o levantamento ...
das entidades participantes no
processo de atendimento ao migran
te na região Centro-Oeste - em
23 municípios.

Termo aditivo ao convênio celebra
do em 15/2/1977 visando a execu -
ção de um programa de migrações
internas no Paraná.

Termo aditivo ao convênio de 13/5/
1976 assinado entre o MINTER, o
Governo da Bahia e a SUDENE ...
para dar continuidade ao programa
de atendimento e promoção de popu
lações migrantes e de baixa renda
no Estado da Bahia.

Delega competência ao comandante
da 8ª Região Militar para repre -
sentar o Ministério do Exército na
assinatura de convênio com o Ins -
tituto da Terra do PARA-ITERPA vi
sando identificar os colonos e
posseiros assentados nos municípi
os de ACARÁ, MOJU e IGARAPEAÇU.

Projeto colonização da Serra do
Ramalho em Bom Jesus da Lapa (BA)
para aplicação em crédito fundiá -
rio nos projetos de desenvolvimen
to rural do POLONORDESTE.

Entre o Minter e a SUDENE para
proporcionar à SUDENE cooperação
técnica e financeira para a reali
zação de estudos sobre migrações
internas em regiões nordestinas.

Convênio para execução do projeto
SIMI, relativo ao levantamento das
entidades públicas e privadas que
atendem aos migrantes no Estado
do MT.

✓ CONVÊNIO SUDESUL-FED. GAÚCHA DO
TRABALHO, 13/12/1977.

✓ CONVÊNIO 36 (MINTER/FIBGE),
19/12/1977.

✓ CONVÊNIO 48, 30/12/1977.

✓ CONVÊNIO 53, 6/1/1978.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 15, de 17/
1/1978.

✓ PORTARIA 10, de 24/1/1978.

✓ PORTARIA 233, de 10/3/1978.

✓ PORTARIA 253, de 3/2/1978.

Convênio para estabelecer as bases gerais para o levantamento de dados sobre a situação do mercado de trabalho nos municípios de Rio Grande e Pelotas para informar o SINE Zona Sul.

Convênio para realizar a pesquisa "Tipos de migrações e padrões sócio-econômicos dos migrantes".

Firmado entre o Minter e a SEPLAN MT, com a interveniência da SUDECO e da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do MT para realizar a pesquisa "As migrações internas e o trabalhador rural em MT".

Convênio MINTER/Universidade Federal do Ceará para a elaboração da pesquisa "Migrações e Política Econômica".

Aprova exposição de motivos que propõe recursos do PROTERRA para utilização pela SUDENE no projeto de colonização do Alto Turi.

Aprova o plano de aplicação de dotação global de recursos ordinários da União consignados ao projeto 4903.07400671.659, desenvolvimento de projetos integrados de colonização a cargo da SUDAM.

Aprova a instrução especial 45/78 do INCRA que disciplina a participação de agricultores organizados em regime de cooperativas nos programas de colonização da Amazônia legal.

Delega competência ao comandante da 10ª Região Militar para representar o Ministério do Exército

✓ CONVÊNIO MT-SUDAM, 7/4/1978.

✓ PORTARIA 145, de 15/5/1978.

✓ DECRETO 81.663, de 17/5/1978.

✓ CONVÊNIO 50 (SUDECO-MT GOV.),
20/7/1978.

✓ CONVÊNIO 53 (SUDECO-RO. GOV.),
31/7/1978.

junto ao INCRA para fornecimento de documentos aos ocupantes de terras públicas na região de Barra do Cordo no Estado do Maranhão.

Estabelece um mecanismo de cooperação para a organização do mercado de trabalho e o fomento ao emprego e à produtividade através da implantação do SINE na região amazônica.

Delega competência à SUDAM para adotar providências quanto a destinação a ser dada ao acervo do extinto INIC, recebida pela comissão designada nos termos da portaria interministerial 35 de 4/7/178 (Idem SUDENE, Port. 144, Pub. DOFC 15/5/1978).

Estabelece que o Ministério do Trabalho, criado pelo Dec. 19433 de 26/11/1930, ... tem como área de competência. Política de imigração, é determinar que a Secretaria de Imigração (SIMIG) tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar atividades relacionadas com a política de imigração do país de acordo com a legislação vigente, bem como manter intercâmbio com órgãos envolvidos em assuntos de imigração.

Convênio para a implantação do núcleo estadual responsável por migrações internas no Mato Grosso

Para implantação do núcleo estadual responsável por migrações no território.

✓ CONVÊNIO 10, de 1/8/1978.

Convênio entre o Ministério de Minas e Energia e a CHESF com o objetivo de acompanhar e controlar as atividades relacionadas com o assentamento da população da área do reservatório de Sobradinho que transfere para o projeto de Colonização Serra do Ramalho, Bom Jesus da Lapa, Bahia.

✓ CONVÊNIO 67 (SUDECO-GOÍÁS),
10/8/1978.

Convênio para implantação da coordenação estadual do programa de migrações internas no Estado de Goiás.

✓ CONVÊNIO 18, de 15/8/1978.

Convênio SUDECO-Gov. de Goiás para implantação do programa de atendimento e promoção de populações migrantes de baixa renda no Estado de Goiás.

✓ CONTRATO (SUDECO/CODEPLAN)
- Nº 88, de 23/8/1978.

Contrato para conhecer os problemas que afetam a população ocupada no setor informal urbano.

✓ CONVÊNIO 57, de 18/8/1978.

Convênio SUDECO-Gov. MT- Prefeitura Dourados para a implantação do centro de triagem e encaminhamento de migrantes no município de DOURADOS (CETREMI-Dourados).

✓ CONVÊNIO 58, de 31/8/1978.

Convênio SUDECO-Prefeitura de Rondonópolis para a implantação de centro de triagem e encaminhamento de migrantes em Rondonópolis.

✓ CONVÊNIO 112, de 21/9/1978.

Convênio SUDECO-Gov. Goiás para a implantação do programa de migração interna no Estado de Goiás através dos centros de triagem de Anápolis e Goiana.

✓ CONVÊNIO 22, de 27/9/1978.

Convênio Minter-Gov. de Pernambuco para implantação do programa de atendimento e promoção de populações migrantes de baixa renda no Estado de PE.

✓ CONVÊNIO 21, de 22/9/1978.

Convênio que entre si celebraram o Minter, a SUDESUL e o IPARDESpa para o desenvolvimento de pesquisas sobre a dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no PR.

✓ CONVÊNIO 26.139, de 30/9/1978.

Convênio firmado entre a Secretaria de Promoção Social de Campinas e o PRORONDON PIREX/SP com atuação de universitários na operação migrantes.

✓ PORTARIA 3463, de 1/12/1978.

Aprova o anexo regimento da Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho.

✓ CONVÊNIO 153, 15/12/1978.

Convênio SUDECO-Gov. D.F. para execução do Sub-programa de ação sobre migrações internas do D.F.

✓ LEI 6634, de 2/5/1979.

Dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o DEC.LEI- 1135 de 3/12/1970.

✓ CONVÊNIO 30 (Minter-Gov. S.P.), de 12/1/1979.

Convênio de cooperação técnica objetivando a implantação e execução do projeto Sistema Nacional de Informações sobre Migrações Internas no Estado de São Paulo.

✓ CONVÊNIO 18, de 6/7/1979.

Convênio entre o Minter, a SUDESUL e o Gov. do Estado do RGS para implantação do programa de atendimento e promoção de populações de baixa renda.

✓ CONVÊNIO 89, de 3/7/1979.

Convênio SUDECO-Gov. de Goiás objetivando dar continuidade ao programa de migrações internas no Estado e promover estudos acerca do fenômeno migratório - prestar assistência e orientação aos migrantes de baixa renda.

✓ DECRETO 83.839, de 13/8/1979.

Reitera como área de O MINTER ... tem competência do MINTER de acordo com o Decreto-Lei de 20/4/1978

✓ CONVÊNIO 134, de 14/8/1979.

✓ INSTRUÇÃO 18, de 22/8/1979
(M.A./INCRA)

✓ PORTARIA 678, de 24/8/1979.

✓ PORTARIA 828, de 5/9/1979.

✓ CONVÊNIO 23, de 25/9/1979.

✓ PORTARIA 884, de 4/10/1979.

a LEI 6310 de 15/12/1975 e os Decretos 73.030, de 31/10/1973, e 83.355, de 20/4/1978. Radicação de populações, ocupação do território e migrações internas.

Convênio SUDECO- Gov. M.T. do Sul para implantação do núcleo responsável pelo programa de migrações internas.

Dispõe sobre a sistemática de ação conjunta de cooperativas e do INCRA na implantação do projeto de colonização na Amazônia legal, visando a ocupação das áreas de maior potencial da Amazônia através de cooperativas de pequenos produtores e cria o Programa de Ação Conjunta P.A.C. que fixa a metodologia de execução.

Aprova a instrução especial INCRA 18/79 de 22/8/1979 que dispõe sobre a sistemática de ação conjunta de cooperativas e do INCRA na implantação de projetos de colonização em áreas da Amazônia legal.

Atribui poderes decisórios em processos individuais de regularização fundiária aos titulares das coordenações regionais e especiais do INCRA com jurisdição na Amazônia legal de fronteiras e determina requisito para a expedição dos instrumentos de titulação.

Convênio Minter-Gov. M.T. para implantação do programa de atendimento e promoção de populações migrantes de baixa renda no Estado de MT.

Autoriza a emissão de carta de anuência de acordo com o modelo anexo a ocupantes de terras m-

✓ RESOLUÇÃO 89, de 13/11/1979.

✓ CONVÊNIO SUDESUL-MT, de 19/12/1979.

✓ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 4 (MINTER),
de 7/3/1980.

✓ CONVÊNIO 3, de 17/7/1980.

✓ CONVÊNIO 8, de 17/7/1980.

✓ CONVÊNIO 4, de 17/7/1980.

✓ CONVÊNIO 5, de 17/7/1980.

✓ CONVÊNIO 7, de 17/7/1980.
(SUDENE-GOV. PE)

rais da União que tenham requerido ao INCRA regularização fundiária da área que ocupam mediante preenchimento de certos requisitos.

Autoriza a alienação de terras públicas no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará, à Construtora Andrade Gutierrez S/A para implantação de projetos de colonização.

Objetivando um plano nacional de desenvolvimento da formação profissional, estabelecendo o balanço entre a oferta e a demanda de mão-de-obra até o nível de segundo grau.

Aprovação do documento "Bases para uma Política Nacional de Migrações", que propõe um conjunto de ações destinadas a proporcionar ao Governo Federal condições de conferir maior racionalidade e ordenamento aos deslocamentos populacionais que ocorrem no país.

Convênio SUDENE-Gov. do Ceará para implantação do Programa de Migrações Internas.

Convênio SUDENE-Gov. de Alagoas, para implantação do Programa de Migrações Internas.

Convênio SUDENE-Gov. do Piauí para implantação do Programa de Migrações Internas.

Convênio SUDENE-Gov. do RGN para implantação do Programa de Migrações Internas.

Para implantação do Programa de Migrações Internas.

- ✓ CONVÊNIO 6, (SUDENE-GOV.PB), de 17/7/1980. Objetivando a implantação, do Programa de Migrações Internas no Estado da Paraíba.
- ✓ CONVÊNIO 9, (SUDENE-GOV.SE), de 17/7/1980. Para implantação do Programa de Migrações Internas no Estado da Paraíba.
- ✓ CONVÊNIO 16, de 21/7/1980. Convênio SERSE-MG para assegurar a continuidade e permitir a ampliação do Programa de Migrações Internas no Estado.
- ✓ CONVÊNIO 58, (SUDECO-GOV. RÕ), de 31/7/1980. Para assegurar a continuidade e ampliação do Programa de Migrações Internas.
- ✓ CONVÊNIO 56 (SUDECO-GO. ESTADO), dec31/7/1980. Para assegurar a continuidade e ampliação do Programa de Migrações Internas.
- ✓ CONVÊNIO 10, (SUDENE-Gov.BA), de 1/8/1980. Para implantação do Programa de Migrações Internas.
- ✓ RESOLUÇÃO 62 (Legislativo), de 7/8/1980. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da rotatividade de mão-de-obra.
- ✓ CONVÊNIO 117, de 19/8/1980. Entre a Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Paraíba e a Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais-PB, para emissão de carteiros de trabalho na Unidade de Atendimento do Programa Serviço de Apoio ao Migrante - João Pessoa - PB.
- ✓ LEI 6815, de 19/8/1980. Cria o CNI e define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.
- ✓ DECRETO 85.064, de 26/8/1980. Regulamenta a Lei de 2/5/1979 que dispõe sobre a faixa de fronteira.
- ✓ CONVÊNIO 70, (SUDECO-MT do Sul), de 31/8/1980. Para assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas.

- ✓ CONVÊNIO 69 (SUDECO-GOV.MT),
31/8/1980.
- ✓ CONVÊNIO 64 (SUDECO-D.F.),
31/8/1980.
- ✓ CONVÊNIO 14 (SUDENE-GOV. MA),
3/9/1980.
- ✓ CONVÊNIO 32 (SERSE-SP),
18/9/1980.
- ✓ CONVÊNIO 16 (SUDENE-UF. PIAUÍ),
21/10/1980.
- ✓ CONVÊNIO SERSE-GOV.RJ, 24/9/1980.
- ✓ TERMO ADITIVO 1 (SERSE-FAPESP),
9/2/1981.
- ✓ CONVÊNIO 8, de 6/4/1981.
- ✓ CONVÊNIO PRORONDON-ALBRAS,
30/6/81.
- ✓ CONVÊNIO 110, 30/9/1981.
- Para assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas.
- Assegurar a continuidade e permitir a ampliação do Programa de Migrações Internas.
- Implantação do Programa de Migrações Internas.
- Para cumprir o Programa de Migrações Internas.
- Para programa de formação de mão-de-obra e capacitação técnica agrícola.
- Para cumprir o Programa de Migrações Internas.
- Termo Aditivo nº 1 ao convênio 26/80 para participar no Programa de Migrações Internas.
- Convênio entre SUDESUL-RS GOV.SEC. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DO RS-FUNDASUL com a finalidade de dar condições para a implantação de postos de atendimento a migrantes nos terminais rodoviários e ferroviários e na central de triagem, possibilitando a ampliação do Programa de Migrações Internas no Estado de acordo com as diretrizes aprovadas pela Presidência da República.
- Visando a execução de levantamento conjunto do quadro de mão-de-obra, de toda a força de trabalho nos municípios de Belém, Abaetuba e Barbacena.
- Convênio entre a SUDECO e a Fundação de Serviço Social do DF com a finalidade de assegurar a continuidade e permitir a ampliação do Programa de Migrações Internas no DF

- ✓ CONVÊNIO 2702, 15/10/1981. Convênio entre o PRORONDON e a Sec. Cultura do ES visando a atividade de apoio e orientação da população migrante de baixa renda e pesquisa sobre fluxos migratórios.
- ✓ CONVÊNIO 116 (SUDECO-GOV. MT), 31/10/1981. Para execução do Programa de Migrações Internas.
- ✓ CONVÊNIO 114 (SUDECO-GOV. GO), 31/10/1981. Para execução do Programa de Migrações Internas.
- ✓ CONVÊNIO 113 (SUDECO-GOV. RO), 31/10/1981. Para execução do Programa de Migrações Internas.
- ✓ CONTRATO 3 (MTB-SIMIG), 23/12/1981. Contrato de prestação de serviços entre o MT, através da Sec. de Imigração e a SIMIG-USP para racionalizar o atual sistema e a elaboração de um anteprojeto de sistema de informações ...
- ✓ CONVÊNIO 154 (SUDECO-MT DO SUL), 31/12/1981. Para execução do Programa de Migrações Internas.
- ✓ DECRETO 87.649, de 24/9/1982. Dispõe sobre a vinculação do IN-CRA ao Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários.



0420023511